https://www.duxeducare.com.br/

DuxEducare

REVISTA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E SÁUDE

https://www.duxeducare.com.br/ Vol.2 nov de 2026 D.O.I 10.5281/zenodo.23903842

ESCOLAS: DESAFIOS E PRÁTICA DOCENTE NO TERRITÓRIO ATIKUM

Ana Maria Sobrinha Silva[1]

RESUMO

Para alfabetizar as crianças no território indígena constituem se importantes etapas no processo educacional, pois neste período são construídas várias habilidades que possibilitam às crianças desenvolverem conhecimentos relacionados à oralidade, e a escrita. Para isto, a educação escolar indígena não segui exclusivamente um modelo elaborado pelo estado, e preciso considerar o processo de alfabetização, respeitando as especificidades culturais, ofertando os saberes especifico do povo Atikum Umã. Neste artigo apresenta uma trajetória de vivencia e saberes da vida cotidiana elaborada em prática pedagógica, que respeite os conhecimentos tradicionais fortalecem a identidade ética do povo. No território o processo de alfabetização e letramento não se resumir apenas a didática das produções acadêmicas, intercalamos conhecimentos específicos dialogando na construção do sistema de escrita alfabética para compreensão dos códigos. Nesse sentido, a missão da escola indígena vai além do aprender a ler e escrever, antes de tudo é um espaço que fortalece a identidade para dar continuidade as lutas e evitar o apagamento históricos.

Palavras-chave: Letramento. Escolar Indígena. Identidade. Povo Atikum Umã.

ABSTRACT

Para alfabetizar a los niños en el territorio indígena, se deben considerar etapas importantes del proceso educativo, pues es durante este período cuando se desarrollan diversas habilidades que permiten a los niños adquirir conocimientos relacionados con la oralidad y la escritura. Para ello, la educación escolar indígena no debe seguir exclusivamente un modelo elaborado por el Estado, sino que debe considerar el proceso de alfabetización respetando las particularidades culturales y ofreciendo los conocimientos específicos del pueblo Atikum Umã. Este artículo presenta una trayectoria de experiencias y saberes de la vida cotidiana incorporados a la práctica pedagógica, con el propósito de respetar los conocimientos tradicionales y fortalecer la identidad étnica del pueblo. En el territorio, el proceso de alfabetización y literacidad no se limita únicamente a la didáctica de las producciones académicas, sino que articula conocimientos específicos mediante el diálogo y la construcción del sistema de escritura alfabética para la comprensión de los códigos escritos. En este sentido, la misión de la escuela indígena va más allá de aprender a leer y escribir; ante todo, constituye un espacio

que fortalece la identidad, permite dar continuidad a las luchas del pueblo y contribuye a evitar el borrado histórico de su memoria y sus conocimientos.

Palabras clave: Literacidad. Educación Escolar Indígena. Identidad. Pueblo Atikum Umã.

---

[1]Graduada em licenciatura intercultural na área de ciências Humana, e pós graduada em História e Cultura indígena pela Universidade Federal de Pernambuco, Campus Caruaru. Professora e coordenadora geral atuante a parti do ano de 2000 na escola Indígenas no Território Atikum, município do Salgueiro. Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Del sol, Assunção UNADES, PY.

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização é um processo fundamental para o desenvolvimento integral da criança, e nessa fase que ela precisa de estímulos que possibilitem o desenvolvimento das aprendizagens. Nesse sentido é preciso garantir acesso, qualidade e equidade para que as competências de aprendizagem sejam desenvolvidas na idade certa. Embora já existisse políticas educacionais voltada para os direitos educacional, para as crianças frequentar a escola este progresso apresenta várias restrições dificultando os direitos das crianças indígenas usufruírem de fato de uma escola especifica, diferenciada e de qualidade, com todos os direitos legais.

Contam os mais velhos que antigamente a educação escolar era particular, para os filhos dos colonizadores. Os indígenas filhos dos trabalhadores de classe social eram excluídos, não se ofertava ensino para a população Indígena, apenas para os herdeiros proprietário de terra pertencente a uma elite. Às vezes, por compaixão das professoras ou por curiosidade alguns indígenas aprendiam a ler, escrever e resolver situações problemas observando as educadoras ensinarem os filhos das classes majoritários.

No caso especifico do ensino da língua portuguesa, e acesso as crianças pertencentes ás camadas populares estende se por volta dos anos de 1970/80 surgi os primeiros vestígios de escola, para incluírem os povos tradicionais, Era muito desestruturado, o modelo de educação que chega nos territórios, totalmente sem investimento básico, e tem atuado precariamente por décadas, causado um declínio social, desilusão. Os gestores municipais contratavam alguns profissionais raramente indígenas que o apresentavam máximo a 2ª ou 3ª serie para conduzir o procedimento alfabético até a 4ºsérie do ensino fundamental.

Visibilizada de precariedade e negação de direitos, era tudo que tinha de ensino, estalando- se nas casas das famílias registravam como escola rural, e perante a sociedade estava tudo resolvido. O que não levaram em conta é que primeiro se investe, em infraestrutura, recurso humanos, no entanto faltava todas as formas de assistência para os alunos e os docentes. Não podemos considerar este modelo, de" escola", mas de um ludibriar uma nação, através de um sistema, opressor que negava direitos, liberdade e equidade, onde o próprio povo cedia suas moradias, objetos e garantiam assistência, atenção, incentivam os alunos a frequentarem a "escola". A organizações das turmas eram multe seriadas, e a faixa etária iniciava aos sete anos de idade.

Quanto aos professores, pela quantidade de alunos analfabetos, trabalhavam dois turnos e recebia por um. Outro retrocesso enfrentado pelos estudantes era as dificuldades econômica, eles precisavam trabalhar em suas roças e depois frequentavam a escolar. Com isto ocorria grandes evasão, ou alto índice de reprovação. Muitas décadas passaram, o povo vivendo silenciado com este modelo de educação que ocupa o território, não reconhece a identidade étnica, e exige do povo o aceite.

Em todas estas épocas os ancestrais testemunharam os desafios enfrentados no chão das escolas pelos professores que atuaram na pratica alfabética. Eles fizeram acontecer, o que não era responsabilidade deles. Mais por amor ao povo suportavam, acreditavam que um dia sairiam das garras de uma educação imposta e colonizadora. Esta realidade prevaleceu por mais de 04 década onde milhares de crianças, indígenas Atikum Umã, não tiveram uma educação qualificada nos territórios, pois os poderes públicos não tratavam esse povo na perspectiva de inclusão de direitos, mais de burlar mentes e corpos desamparados, conseguiam driblar levando a acreditarem que estavam sendo assistido de ações afirmativa educacional.

Nossa história parte de um cenário de invasão genocídio, perseguição, submissão, tutela, onde não tinha justiça e proteção desde 1500 quando os territórios indígenas foram invadidos pela coroa portuguesa. A penas a mãe terra acolhia e os ancestrais ensinavam o que aprendiam a parti deles mesmos. Com muita luta e resistência dos povos e indigenistas na constituição federal de 1988 reconhece nos artigos 231 e 232 os povos indígenas suas organizações, costumes, crenças e tradições, como também o uso da língua materna e os processos próprios de aprendizagem. No entanto os povos indígenas vêm lutam pela autonomia, e direitos a terra saúde e educação especifica e diferenciada garantido institucionalmente. Estamos em pleno século XXI, ano de 2026, pela força do movimento indígena muitas mudanças já aconteceram mais ainda vivemos com as sequelas educacionais do passado que ainda respinga no fazer pedagógico, Apesar das dificuldades, os professores se reinventam e solicitam dos poderes investimentos, formações continuadas, aprovação do projeto categoria professor indígena e concurso especifico e diferenciado para garantia dos direitos dos professores indígenas.

Enquanto isto os professores reelaboram, produzido materiais específicos, que favoreçam a escrita das narrativas fortalecendo a cultura e a identidade, para que a alfabetização de fato supere a trajetória do passado precisamos do engajamento de toda uma equipe escolar e comunitária. Cabendo aos governantes investir em todos os campos da educação, propondo as crianças a descoberta dos códigos escrito, ampliando a leitura nas lógicas do desenvolvimento da aquisição do valor sonoro correspondendo em fonema, grafema e o som das letras que naturalmente formaram os gêneros textuais

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1Movimento indígena: Os caminhos para retomar as escolas indígenas.

Por volta dos anos 1980 várias entidades indigenistas surgem com o objetivo de dar atenção e orientar os povos indígenas a lutarem pela regularização de seu território, e reconquistar a escola. A partir desse eixo fundamental de posse do povo aumentaria as chances assistências inclusão e ampliação de uma política que pautassem as iniciativas educacional na perspectiva decolonial. Era preciso refletir sobre a origem dessa nação, reelaborar o cenário de opressão e escravidão que viviam, sem reconhecimento como

povos originários, falar de suas histórias de apagamento e reconquistar o que já era seu. Mas como nosso país demanda de um cenário político para aprovação dos direitos em qualquer instância legislativa foi preciso legitimar líder indígena para falar pelo povo dentro do parlamento político ((BRASIL, 1988).

Em 1983, o líder Xavante Mario Juruna foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro. Durante seu mandato (1983 a 1986) ele conseguiu pautara causa indígena na mídia nacional e internacional. Com sua chegada ao parlamento foi instituída a comissão do índio a qual Juruna presidiu durante os quatro anos de seu mandato, tornando assim um espaço de visibilização das lutas indígenas. Concomitantemente, com a criação das organizações indígenas que começaram a se proliferar em forma de articulações, associações e federações, Conselho Indigenista Missionário (ALMEIDA E SILVA, 2016).

O movimento indígena demanda de uma reflexão que agrega valores, mas ao longo do tempo estavam presos pela política colonial que inferiorizavam levando a submissão e exploração do povo. Tutelavam, catequizavam, aldeavam, causando um grande genocídio de corpos e cultura, tudo isto para inserirem o povo indígena a sociedade brasileira. Final da década de 1990 os movimentos ressignificou a temática da educação escolar indígena, pautada pela autodeterminação enfrentando diversas situações para retomar o espaço educacional e converte-los com uma metodologia construído a partir da pluralidade coletiva e social dos direitos dos povos em defesa, educação escolar. Com base na sua historicidade e compreensão coletiva os povos indígenas de Pernambuco decidiram lutar pela retomada das escolas nos seus territórios. Com seus princípios e cosmovisões, para arrancar os males que enraizou e tirou oportunidades de milhares de crianças e adultos de terem acesso, a todos seus direitos escolar. Após muitos, encontros, assembleias, caminhadas, protesto, denúncias sobre a exclusão educacional, sofrida pelo o povo. O movimento indígena pressionou os governos, secretarias de educação e órgãos responsável para garantir escolas nas comunidades indígenas, como também a contratação de professores e assim o processo de alfabetização ocorreria de forma significativa idade certa ((BRASIL, 1988).

Ao contextualizar brevemente este processo de retomada, ressaltamos o potencial pedagógico das experiencias de ação coletiva na retomada para o enfrentamento das violências causadas. O potencial pedagógico da retomada também se estende ao campo curricular, não só através das experiencias e atividades educativa, por si, para os estudantes que também foram ativos nelas. Mas também pela reorganização dos conhecimentos e saberes que passaram a ser ensinado na escola. (ALMEIDA E SILVA, 2016).

Em 2002 se concretiza através da publicação do decreto nº 24.628 de 12 de 08 de 2002 atendendo o pedido da transferência da educação municipal para a secretaria do estado de Pernambuco. Com a ruptura municipais as lideranças reelaboraram um novo modelo de educação que valorizasse a organização social, os saberes, cultura e crença tradicionais. Neste sentido a escola seria um espaço de formação para o letramento como também formadora de guerreiro comprometido com a causa indígena.

Quando pensamos em educação escolar imaginamos uma sala de aula repleta de estudantes, sendo orientado por um adulto que irá conduzir aquela equipe no processo de alfabético, apropriando-se do sistema de escrita, que está relacionado à utilização dos símbolos para alcançar a pratica leitora. Ressaltamos o quanto a educação escolar é um

desafio, não pelo procedimento didático dos conteúdos curriculares, mas pelo o controle de uma instituição que não atendia nem as camadas populares. Esses contrapontos precisaram ser reelaborados, a partir dos temas como: a função social da escola indígena. Escola formadora de guerreiro. Escola especifica e diferenciada a serviço da comunidade, escola que vivencia os conhecimentos dos detentores dos saberes tradicionais dentro de uma linguagem popular e não foge das normas gramaticais, porque o sistema de escrita alfabética e única no Brasil (FERRERA E TEBROSKY,1979).

Ferreira (1985), tem insistido em dois pontos que nos parecem essencial, para entendermos por que a tarefa do alfabetizado não é aprender um código. Mas sim se apropriar de um sistema notacional. Em primeiro lugar precisamos reconhecer que para o aprendiz da escrita alfabética, as regras de funcionamento ou propriedades dos sistemas não estão já disponíveis dadas e prontas na sua mente. De início, ele não sabe como as letras funcionam, ou tem uma visão ainda diferente da que nós adultos alfabetizados adotamos como se fosse a única e possível.

Pensando no sistema de apropriação dos códigos o debate das autoras, leva a compreensão que toda criança deve ser orientada para apropriação linguística. Mas precisa indagar, quando pensaram esse sistema de educação escolar, foi para atender todas as classes sociais em tempo hábil? Do ponto de vista indígena, a educação escolar indígena nos territórios tem várias fases, desconstrutiva e de apagamento a exemplo da língua materna.

Silva Faustino (2026), em seu trabalho *Língua Dzubukuá Nossa História Nossa Luta*, ressalta que a nossa língua possui papel fundamental na construção da identidade de um povo. Por meio dela são transmitidos conhecimentos, histórias, valores, memórias e modos de compreender o mundo. Por isso, quando uma comunidade indígena possui uma língua própria, ela deve ocupar espaço significativo no processo educativo. A utilização da língua materna na escola contribui para sua valorização e para a continuidade de conhecimentos transmitidos entre as gerações.

O processo de alfabetização pode ocorrer na língua materna e também na língua portuguesa, de acordo com a realidade linguística de cada povo. Neste sentido e preciso que o professor ao receber sua turma de aluno avalie observando o que está criança já traz de conhecimento prévio, em diferentes formatos, seja na interação com o outro, no intelectual e cognitivo, conhecimento de vida social e maiormente nos princípios dos saberes tradicionais.

A fala e o principal recurso usado mesmo antes da criança ser alfabetizada, essas experiencias já acontece, por meio do convívio familiar, grupos sociais e o contato com diferentes materiais visuais, sonoro. Essas aprendizagens na vida das crianças e como uma arvore que nasce e cresce, capaz de produzir, e reproduzir a partir da oralidade que vão sendo aprofundada pela experiencia de um adulto. Nesse sentido, cita-se:

> Além de construir seu conhecimento e domínio do sistema ortográfico, o aprendiz da língua escrita também deve construir o conhecimento e o uso da escrita como discurso, isto é, como atividade real de enunciação, necessária e adequada a certas situações de interações, e concretizada em uma unidade estruturada o texto que obedecer às regras discursivas próprias recursos de coesão, coerência entre outros (Magda Soares, p. 79).

Por meio das investigações percebi que o caminho para um bom resultado inicia com o conhecimento da psicogênese da língua escrita que permite ao professor atuar como mediador fornecendo pistas para o aprendiz torna-se alfabético. Aprender a ler e escrever permite ampliar as possibilidades de aprendizagens, a terem acesso em diferentes espaços sociais. Entretanto, alfabetizar não significa apenas ensinar a criança a reconhecer letras produzir um texto ela precisa saber o que está produzido. É necessário insistir para desenvolver nelas a capacidade de compreender e utilizar a leitura e a escrita em diferentes situações, para potencializar o processo de letramento. A análise linguística quando bem trabalhada favorece a compressão de quem vai receber as orientações que possibilite como essa intervenção seja capaz de promover desenvolvimento no ambiente escolar. Compreendendo os desafios que precisam ser enfrentados para avançar na compreensão durante o período da alfabetização para que o processo de letramento seja de fato um sucesso.

Após toda esta caminha solicitando reconhecimento a nossa identidade adentramos o chão da escola e refletimos que nossas crianças iriam desenvolver a pratica leitora a partir dos nossos saberes, lutas e conquistas. Rememorado as vivências espontaneamente a partir de uma nova didática. No entanto esse novo modelo de alfabetizar só fará sentido se a escola visibilidade os saberes comunitários. Partido do apoio de um ancião que orienta seu povo com os sabres que integram o fortalecimento da identidade, expressando os modos próprios de compreender o meio ambiente, as organizações internas, o artesanato, grafismo , pedras, rios, riachos, cacimbas, as árvores, as serras o regionalismo, a culinária os modos de falar e comporta se. Com esses temas podemos chamar de eixo norteadores que vão sendo conduzindo para sistematização da pratica de ensino que entrelaça no sistema convencional da escrita. Por exemplo, a professora pode listar nomes das plantas conhecidas pela comunidade para trabalhar o método fônico letras e palavras. Pode produzir textos a partir de histórias contadas pelos anciãos ou desenvolver atividades de escrita relacionadas às práticas do povo. Dessa maneira, a alfabetização passa a ser uma atividade prazerosa fazendo parte da realidade da criança e passa a ser contextualizando na escola as experiências cotidianas.

Então esta criança desenvolverá o letramento amplo por que ela já chega na escola com uma bagagem, do seu meio social, ela já participa de práticas de comunicação, escuta histórias, observa os adultos, aprende nomes de pessoas, lugares, animais e plantas, acompanha ativamente o fazer familiar e comunitário. Para os territórios esses processos educativos precisam ser garantidos e considerados no contexto sociocultural em que elas vivem suas experiências. Essas práticas constituem formas legítimas de aprendizagem e podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da leitura e da escrita. Mas o professor alfabetizado precisa de estratégia metodológica para que essas vivencias seja significante e leve o estudante a compreender o processo educativo por meios dos seus valores escritos. Para poder proporcionar atividade lúdicas, roda de conversas, contação de histórias, musicas, jogos, brincadeiras de antigamente, quando bem trabalhado essas estratégias voltadas para o ensino aprendizagem as crianças desenvolvem autonomia, criatividade oralidade e parte para o entendimento escrita para reelabora novo gêneros Tratando-se das crianças do território indígena *Atikum Umã*, discutir o processo do conhecimento dos códigos não é diferente da sociedade em geral na descoberta da evolução para escrita.

O diferencial e que elas têm com sigo um acervo oral de vivencias tradicional, que estão entrelaçados nos modos de vida cultural, na crença, nos conhecimentos da vida

cotidiana de toda a comunidade. Partido do ponto de vista todos os membros do território todos contribuem na formação educacional dos parentes pelos caminhos da oralidade. (Os mais velhos contas suas narrativas referentes a trajetória de vida, organização social, conhecimentos relacionados ao meio ambiente, os animais,) as matas, as plantas medicinais, o preparo da terra para produção agrícolas, a colheita. Na religiosidade nos cânticos que entoam as rodas de torés, as festividades e reivindicações dos direitos. Ao terem contato com a escola esses saberes são transformar em conteúdos escrito, levando as crianças serem alfabetizados a partir de suas vivencias. Até compreenderem o sistema se escrita e apropriação se, leitora como qualquer criança. É essencial, a presença e experiências dos mais velhos recontado no contexto infantil ela enobrece o espaço escolar como sujeito histórico que, dialogar e supera com uma educação decolonial para o ponto de vista das crianças. Não é apenas o conhecimento produzido pela ciência acadêmica que é capaz de possuírem legitimidade para a aprendizagem que eleva leitura e a escrita.

Garantir a alfabetização na idade certa do aluno indígena e dar possibilidade a uma educação descolonizadora nos espaços de articulação entre professor aluno e lideranças, que enxergam como direito e obrigação, das redes de ensino e das políticas públicas educacionais. A criança indígena possui o mesmo direito de aprender a ler e escrever como qualquer outra criança brasileira. Mas é necessário questionar quais condições concretas são oferecidas pelo poder público, para que essas crianças tenham acesso, qualidade e equidade de ensino aprendizagens. Neste sentido é preciso que o sistema de ensino e promova condições as formações pedagógicas de modo que o desenvolvimento das habilidades aconteça. Dessa forma o professor atua como mediador das aprendizagens planejando práticas educativas que vá de encontro com a realidade. Assim, alfabetizar na idade certa significa garantir oportunidades adequadas para que a criança desenvolva suas capacidades.

Nesse contexto, o professor José (2026) afirma, mesmo antes da escola atuar como escola indígena eu já percebia que era importante trabalha a partir dos nossos conhecimentos e saberes indígenas. Mas a gestão municipal não permitia essa liberdade. As vezes até trabalhávamos os temas específicos, mas não registrava, as diretoras já mandavam tudo pronto e só aceitava de acordo com o sistema municipal.

Essa pratica mudou os professores das escolas indígenas do povo *Atikum* sistematizam e contextualizando conteúdos especifico em práticas linguística, em todos os campos, leitura e compreensão, produção e escrita, oralidade e analise linguísticas semiótica das vivencias do território sem deixar suas especificidades serem substituída potencializando os gêneros textuais e fortalece os eixos específicos como: Terra, Identidade, História, Organização, Interculturalidade e bilinguismo. Para que a educação escolar indígena aconteça com esses olhares específicos, o professor precisa ser oriundo do próprio povo, para não haja discriminação social nas cosmologias ancestrais. Nesse sentido, o eixo interculturalidade é fundamental e está presente em todas as classes socias. Ela possibilita que diferentes conhecimentos colocados em diálogo, sem que um seja considerado superior ao outra

Cada povo possui costumes, e formas de organização própria, desse modo a escola indígena passou ser autônoma com professores e gestores que dialoga e reconhecer as diversidades e constrói práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade do território. Portanto, a escola indígena tem o papel de trabalhar e protagonizar sua história, nessa perspectiva valorizar a ancestralidade, transformando em conteúdo as narrativas do

povo a partir da realidade. Compreendendo que são ponto crucial para o processo de alfabetização e letramento essas atividades permitem trabalhar conteúdos relacionados à alfabetização ao mesmo tempo em que fortalecem a identidade e a cultura dos estudantes nas escolas indígena, utilizado diferentes estratégias pedagógicas. Outro desafio é evitar que modelos educacionais padronizados sejam aplicados sem considerar as particularidades das comunidades.

Uma política de alfabetização voltada para os povos indígenas precisa reconhecer que não existe uma única maneira de ensinar todas as crianças. Cada povo possui uma realidade linguística. Entre elas, destacam-se:

- Produção de textos a partir de histórias tradicionais;
- Construção de livros com histórias contadas pelos anciãos;
- Utilização de nomes próprios leitura e escrita
- Produção de textos sobre animais e plantas do território;
- Elaboração de calendários cultural
- Registro de práticas agrícolas
- Produção de cartazes na língua materna
- Produção de textos relacionados à medicina tradicional
- Realização de entrevistas com anciãos e liderança
- Relação das brincadeiras de antigamente
- Produção de pequenos jornais da comunidade
- Criação de textos com na língua Dzubukuá
- Utilização de letras músicas e toantes
- Reconto de narrativas tradicionais Histórias de Barnabé
- Reconto das visitas nos locais históricos do povo
- Relatório das vivencia pedagógica das pratica exitosa
- Dramatização de história indígenas

Neste sentido faz se necessário que o povo documentasse suas historicidades elaborando o projeto político pedagógico (PPP) com a participação das lideranças, e toda a comunidade. Este documento garante a função social da escola e norteia como os docentes devem organizar e vivenciar o projeto de futuro para o fortalecimento da cultura. A finalidade deste documento e garantir a identidade do povo e da instituição, com metodologias que serão desenvolvidas através de ações coletiva que vai de encontro com os saberes e memorias. Fortalecendo a identidade étnica convertendo em instrumento de resistência, e libertação. Uma escola indígena comprometida com o PPP reconhece que a aprendizagens acontece em outros espaços e contribuem para uma educação descolonizadora especifica e intercultural para o ser e o fazer *Atikum.*

A Professora Maria Atikum (2026) ressalta não se pode trabalhar um contexto indígena se a escola e o professor não forem indígenas. O território, e a escola são nosso, os alunos são das nossas famílias, desta forma só um indígena professor e capaz de preparar conteúdos significante para fortalecer a identidade da escola e do aluno rompendo as práticas no período de colonização.

A escola nunca foi uma instituição pronta e preparada para atender as modalidades do ensino básico no território. Só passou a ser atendida totalmente a partir do ano de 2009 através de muitas reivindicações para ampliar a escola indígena José

Pedro Pereira na Aldeia Massapê para atender do 6° ao 9º ano ensino fundamental e ensino médio. Estas ações se concretizam por exigência e luta do povo, para terem uma assistência com todas as modalidades de ensino dentro do território. Em um contexto coletivo a escola foi elabora a partir da participação ativa das lideranças professores e todos os membros do território para que a população não tivesse que parar de estudar ao termino da 4ª serie como ocorreu por muitas décadas onde os ancestrais *Atikum* não adentraram nestes espaços para compreender os códigos das letras e apropriarem do sistema que leva a escrita.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização e o letramento são processo fundamentais para o desenvolvimento de todas as crianças. Entretanto, garantir esses direitos não significa simplesmente reproduzir métodos legitimado cientifico. É necessário reconhecer que os saberes tradicionais e especifico também alfabetiza, o diferencial e que esses conhecimentos são exclusivos pertencentes ao povo indígena Atikum. A alfabetização está relacionada as aprendizagens do sistema de escrita alfabética envolvendo o reconhecimento das letras dos grafemas, dos sons para a formação da escrita ampliando o campo das narrativas que dialogue com a realidade dos povos indígenas, valorizando suas línguas, histórias, permitindo que a criança compreenda e interprete e produza os gêneros de acordo com a sua metodologia do professor.

Alfabetizar a criança indígena é possibilitar que ela tenha acesso ao conhecimento da leitura e da escrita sem precisar abandonar aquilo que aprendeu em sua comunidade. Esse discursão assume e promove uma interação com as práticas culturais contribuído significantemente para aprendizagens e fortalecimento da identidade ética. Conclui se que a alfabetização e um elemento que precisa ser compreendido e os poderes público, garantam condições digna como infra estrutura, formação continuada, materiais de apoio para o funcionamento da educação intercultural nos territórios.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Patrícia Fortes de; SILVA, Rosália de Fátima e. A escola e o currículo para formar “guerreiro(as)” Pankará: prática docente e sentidos emergentes. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 45-56, 2018.

ALTINI, Emilia et al. (Org.). Por uma Educação Descolonial e Libertadora: manifesto sobre a educação escolar indígena no Brasil**.** Brasília: **CIMI**, 2014. Disponível em: https://cimi.org.br/ Acesso em 31 de outubro de 2026.

Artur Gomes Sistema de escrita alfabética: Ministério da Educação, **FNDE**, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

FAUSTINO, S. Língua Dzubukua História Nossa Luta. **Revista DuxEducare,** https://www.duxeducare.com.br/ ano de 2026.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1979.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.